

MOEDA E CONCEPÇÃO DE VALOR NA PÓLIS GREGA

*Maria Beatriz Borba Florenzano**

O objetivo desta palestra é o de tentar encaminhar respostas a uma pergunta comumente formulada e em geral mal respondida. Porque foi a cidade-estado, a pólis grega, a criadora e difusora da fabricação e do uso de moedas? Porque coube, na História da Antigüidade, à cidade-estado grega o papel de criadora e difusora da cunhagem, da fabricação de moedas? Porque dispenderam os gregos energia e realizaram gastos materiais para fabricar estes pequenos objetos metálicos com impressões gravadas em ambos os lados?

Esta questão sempre preocupou os especialistas, tanto numismatas quanto historiadores. É uma pergunta óbvia, mas sempre na moda, justamente porque as respostas nunca são satisfatórias.

Como a moeda existe até os dias de hoje - não sabemos ainda por quanto tempo mais - com o mesmo formato de dois mil e seiscentos anos

* Professora - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - USP.

Maria Beatriz Borba Florenzano

atrás, ou seja, pequena, redonda, metálica e com impressões, é, com efeito, muito fácil transpor os mecanismos monetários de hoje para a Antigüidade e enxergar naquela época uma economia monetária desenvolvida, um comércio ágil, graças à atuação da moeda.

De fato, a história da moeda metálica é comumente abordada a partir da história do dinheiro. O aparecimento das primeiras moedas cunhadas, na Ásia Menor no final do século VII a.C., é usualmente interpretado como uma etapa a mais do processo de desenvolvimento do dinheiro; etapa decorrente de um avanço da organização comercial e de uma mercantilização acentuada da economia. A moeda aparece assim como uma consequência praticamente natural de um processo que havia tido início vários milênios antes, no âmbito das civilizações Médio-Orientais do Egito e da Mesopotâmia. Invenção que vinha solucionar a dificuldade imposta pela ampliação da rede comercial e que viria facilitar o intercâmbio de mercadorias.

Assim, a invenção e a adoção da moeda aparecem como um degrau em um processo uniforme, contínuo, progressivo de desenvolvimento das relações comerciais em direção à maior complexidade. É como se o dinheiro tivesse uma história completamente independente em relação às diferentes formações sociais que o usaram, que dele fizeram uso.

Essa visão, que é a visão do senso comum, presente em qualquer manual de História antiga, e que perdura em obras recentes de síntese (veja-se Osborne, *Greece in the making*, 1996 e Howgego, *Ancient History from Coins*, 1995), já a encontramos em Aristóteles. Vejamos o que diz o estagirita a respeito do aparecimento da moeda:

“Na comunidade primitiva, ou seja a família, não havia lugar para o comércio, que só aparece quando as comunidades se tornam mais numerosas. Os membros da comunidade primitiva costumavam partilhar os pro-

Moeda e concepção de valor na pólis grega

duto que tinham; ao contrário, um agrupamento dividido em diversas famílias tinha acesso também a numerosos produtos pertencentes aos seus vizinhos, de acordo com as necessidades que o forçavam a partilhar por meio de trocas, como muitas tribos bárbaras ainda fazem; tais tribos, aliás não vão além da permuta de alguns produtos por outros, por exemplo entregando vinho em troca de grãos, e fazendo o mesmo com vários produtos semelhantes. (...) (Da permuta deste tipo) porém, originou-se a arte de comerciar; com efeito, essas comunidades, depois de suprir-se mais e mais de produtos vindos de fora, obtendo aqueles de que eram carentes e fornecendo aqueles que lhes sobravam, tinham necessariamente de instituir o uso do dinheiro, porquanto as coisas naturalmente necessárias à vida muitas vezes não são fáceis de conduzir; conseqüentemente os homens, para efeito de permutas, pactuaram dar e receber certas substâncias que fossem por si mesmas produtos úteis e fáceis de conduzir nas circunstâncias normais da vida definidas de início apenas por seu tamanho e peso, mas finalmente marcadas com um símbolo, de modo a dispensar os usuários da obrigação de pesá-las, pois o símbolo indicava o seu valor.” (Aristóteles, *Política*, III, 1257 a).

Assim, para Aristóteles, os homens primeiro trocaram produto contra produto, depois escolheram uma mercadoria preferencial para fazer as vezes de instrumento de troca e, finalmente, esta mercadoria - que era o metal - foi marcada com uma impressão e assumiu um valor simbólico. É esta a moeda cunhada.

Para o arqueólogo que trabalha diretamente com este tipo de documento, com centenas e com milhares de moedinhas deixadas pelos antigos, fica muito difícil entender a natureza destes objetos, sua atuação na sociedade grega, se o quadro interpretativo a ser utilizado for este, proposto por Aristóteles. Com efeito, este modelo aponta para uma função puramente comercial das moedas, induzindo-nos a vê-las como indicadores seguros de um determinado grau de desenvolvimento da atividade comercial.

Maria Beatriz Borba Florenzano

A realidade com a qual se depara o especialista é bastante diversa. Como explicar, por exemplo, que as moedas de uma cidade como Egina, ao sul da Ática, conhecida por inúmeras fontes escritas, como uma potência comercial de primeira grandeza, citada por Heródoto (II, 178) como uma das doze cidades participantes da fundação de Náucratis no norte da África, são encontradas apenas em Egina e não em nenhuma outra parte do Mediterrâneo? Como explicar que as moedas de Corinto, cidade que comprovadamente desenvolveu intensamente o comércio, também sejam encontradas, de acordo com os dados da Arqueologia, exclusivamente nas redondezas da cidade?

Com efeito, a análise da circulação das moedas gregas de época arcaica e clássica aponta para um padrão rígido de distribuição: as moedas parecem circular apenas em áreas fechadas, na própria cidade de fabricação ou no máximo nas cidades vizinhas. Os estudos da distribuição de bens, por exemplo a cerâmica, através dos quais os arqueólogos identificam as rotas de circulação comercial, não demonstram correspondência com a distribuição de moedas.

Por outro lado, os estudos numismáticos mostram como o ritmo da produção de moedas era completamente irregular na Antigüidade: cunhavam-se moedas durante dois ou três anos e depois durante cinquenta, sessenta não se produzia nada. Como entender este fato? Não havia, então, necessidade de um suprimento regular de moedas para sustentar o comércio? Este, sem dúvida, não parava...

O confronto entre o que conhecemos da moeda hoje, o que nos dizem as fontes escritas e o que nos apresentam as fontes arqueológicas, acaba por deixar o estudioso perplexo.

Moeda e concepção de valor na pólis grega

Finalmente, então, para que serviam estas moedas? Porque começaram as pólis a bater moedas, uma vez que não existe uma correspondência com o desenvolvimento do comércio ?

Aqueles que enfrentaram este problema em toda a sua complexidade, procuraram partir da identificação das várias maneiras como os gregos empregavam estes pedacinhos de metal.

Léon Lacroix, já a partir dos anos sessenta deste século, analisando as imagens monetárias das colônias gregas da Itália do Sul e da Sicília, percebeu como a emissão de moedas estava impregnada de uma necessidade de afirmação política, vinculada à questão de se marcar a autonomia das colônias em relação às respectivas metrópoles gregas.

Edouard Will, grande historiador da Antigüidade grega, através da análise de fontes escritas - especialmente Aristóteles - e também de fontes materiais, enxergou na cunhagem de moedas uma maneira de operacionalizar a igualdade social. A moeda, por suas dimensões - entenda-se aqui divisibilidade - e por sua mobilidade, abria o caminho para uma maior racionalidade e eficácia da distribuição da riqueza. Neste sentido, facilitava o intercâmbio entre pessoas diferentes do ponto de vista da riqueza, promovia a agilização da distribuição das liturgias nas cidades-estado, permitia o pagamento do 'misthos' (o salário para quem participava de funções públicas). Tornava-se, assim, um instrumento importante da igualdade social e da participação do poder político, ou seja, da democracia.

Outros ainda, associaram a cunhagem de moedas à necessidade de suprir os gastos públicos das pólis (Martin, 1996.). Ou seja, a moeda teria sido um instrumento financeiro criado e difundido de sorte a agilizar a realização de obras públicas, a edificação de prédios para abrigar os diferentes Conselhos/Comissões, a pavimentação de ruas, a construção de portos, de

Maria Beatriz Borba Florenzano

estradas, de frotas, e assim por diante. A fora isto, era também preciso manter todos estes bens e ainda adquirir escravos públicos para os diversos tipos de serviços que o funcionamento das póleis exigia, além de pagar eventualmente serviços de soldados mercenários. Nesta interpretação, a moeda viria também promover uma enorme facilidade na hora da cobrança dos impostos que o estado recolhia, além de permitir ao Estado uma margem de manipulação entre o valor intrínseco e o valor facial das peças de moedas.

Apesar do enorme avanço alcançado, o debate em torno das razões que provocaram a introdução da moeda na pólis grega persiste. Hoje, a discussão circula em torno das seguintes questões: 1. É a moeda um instrumento da política financeira da cidade-estado grega, ou é um instrumento de orgulho público - uma marca de autonomia política - para as cidades que as emitem? 2. Em que medida tem a moeda um papel importante no funcionamento geral da economia antiga? 3. Em que medida ela atua apenas em uma esfera financeira?

Ora, no estágio atual do nosso conhecimento, os estudos minuciosos feitos pelos numismatas a respeito da circulação monetária, dos sistemas de pesos de moedas, das imagens monetárias, da qualidade dos metais empregados para as emissões monetárias, infelizmente, por si só não nos permitem responder com segurança a estas perguntas.

É necessário inserir este documento no contexto amplo da sociedade antiga. Deve-se considerar o caráter da economia antiga, os aspectos mágicos e religiosos que faziam parte da vida cotidiana dos antigos, a organização do poder político. E, sobretudo, é preciso entender o funcionamento social nos vários períodos compreendidos na época que hoje denominamos Antigüidade. Se a moeda era batida em época helenística e romana basi-

Moeda e concepção de valor na pólis grega

camente para o pagamento de soldados, o mesmo pode não ser verdadeiro para a pólis grega de época arcaica e clássica. Se em época romana a propaganda política pessoal do Imperador vinha embutida nas imagens monetárias, o mesmo não é verdade para a cidade-estado democrática e nem mesmo para as pólis das tiranias.

É preciso construir um modelo interpretativo que dê conta destas diferenças de períodos. Enxergar a moeda em geral na Antigüidade é diluir aquilo que este documento pode realmente nos informar sobre o funcionamento destas sociedades.

Do meu ponto de vista, para se começar a entender a moeda grega, é indispensável partir de alguma definição de moeda. De preferência não a nossa, tão afastada no tempo, da realidade grega.

Retomemos, por exemplo, o próprio Aristóteles. Este, no século IV a.C. enxergava na moeda - como já mencionamos - um instrumento facilitador das trocas entre os homens e também - pelo menos em um nível ideal - um instrumento promotor da igualdade social na medida em que permitia a equiparação dos trabalhos executados pelos diferentes profissionais (*Ética a Nicômaco*, V). Para Aristóteles, a moeda era um objeto através do qual o homem podia concretizar o valor que atribuía ao trabalho e às coisas produzidas pelo trabalho humano. Aristóteles também via na moeda um instrumento da ganância do homem, já que permitia que este acumulasse riquezas indefinidamente, independentemente das necessidades naturais.

Poderíamos aplicar esta mesma definição de Aristóteles à moeda grega da época arcaica, do momento em que a moeda no século VII foi criada e introduzida na Grécia? Serviria esta definição para a moeda da cidade-estado clássica, do século V a.C.?

Maria Beatriz Borba Florenzano

No meu entender não, porque, como disse anteriormente, a história da moeda não paira acima da história da sociedade e a sociedade grega no arcaísmo e no período clássico é muito diferente da sociedade grega do século IV, de depois da guerra do Peloponeso, às vésperas da invasão macedônica.

A introdução da moeda na Grécia significou uma alteração considerável no sistema de valor do arcaísmo grego. É um instrumento que atua na esfera do econômico, mas de um econômico que não é desvinculado da esfera social, política e religiosa. Ao contrário, a multiplicidade de usos - políticos, financeiros, religiosos/mágicos - identificada pelos especialistas na moeda, oferece sustentação para uma visão de uma sociedade grega na qual os aspectos econômicos, políticos e religiosos aparecem sobrepostos. Desta forma, a moeda adquire um significado importante como suporte de uma nova maneira de pensar o mundo, o poder, a vida em sociedade, maneira de pensar que se constitui na época da formação da cidade-estado grega.

Mas, em termos de concepção do valor, qual é esta alteração que registramos? Para entendê-la, nada melhor do que deixar os antigos falarem: tomemos, por exemplo, uma passagem famosa da *Ilíada*. Ainda que perdurem os debates em torno da data da composição das obras de Homero, é tácito que os episódios ali descritos pertencem a uma realidade que antecedeu à constituição da pólis.

A passagem que quero citar está no livro VI, 232-236: o contexto é um combate entre dois guerreiros inimigos, Gláuco e Diomedes que, em meio à luta, descobrem que seus avós estavam ligados por relações de amizade e hospitalidade. Eneu, avô de Diomedes, havia hospedado em sua casa Belerofonte, avô de Glauco. Na ocasião, "trocaram-se magníficos dons

Moeda e concepção de valor na pólis grega

de hospitalidade, Eneu lhe deu um cinturão brilhante de púrpura e Belerofonte de sua parte deu-lhe uma taça de ouro com duas alças.” Esta constatação leva os dois jovens a suspender o combate, e nos diz Homero: “(...) desceram de seus carros, deram-se as mãos e juraram-se fidelidade. Foi então que Zeus, filho de Crono, tolheu a Gláuco os sentidos! Porque ele trocou com o filho de Tideu, Diomedes, as suas armas, ouro contra bronze, cem bois contra nove!”

O que vemos aqui? As armas possuem um valor para os dois guerreiros que é um valor concreto, que independe do fato de umas serem de ouro e outras de bronze, intrinsecamente menos valiosas, pelo menos aos olhos de Homero. O valor concreto dos objetos depende do “pedigree” que esses objetos possuem, depende do fato deles pertencerem a dois guerreiros que estavam ligados entre si por um relacionamento de hospitalidade antigo, que vinha já desde seus avós e que mesmo uma situação de guerra, onde lutam em campos contrários, não pode dissolver. É um relacionamento que foi estruturado no decorrer de muitos anos e os dois se trocam as armas em atendimento a uma regra antiga de fidelidade. Os objetos envolvidos então adquirem valor a partir desta ótica, pelo fato de pertencerem a dois guerreiros que estão ligados por uma relação de amizade entre famílias. Esta relação obriga os envolvidos a oferecerem presentes e a recebê-los. Funciona no modelo da instituição, denominada por Marcel Mauss nos anos vinte, do ‘dom e do contra dom’. Não são atos gerados por vontades individuais. São atos socialmente exigidos.

É preciso notar que, no Mediterrâneo da Idade do Bronze e especialmente na Grécia, a instituição do dom e do contra dom tinha como alvo especialmente os objetos metálicos, de ouro, prata e bronze. São objetos que, além de possuir um valor alto por serem feitos de materiais indicadores

de prestígio social, são muitas vezes objetos de uso ritual, religioso que até podem possuir um “passado lendário”, i.e., terem sido utilizados em algum momento por um herói ou por um deus, ou mesmo terem sido fabricado por uma divindade. Além disso, a própria manufatura de objetos metálicos implicava em etapas consideradas pelo antigo grego como mágicas, uma vez que a fundição de metais transforma, através do calor do fogo, uma matéria prima completamente bruta em formas inusitadas.

No episódio narrado por Homero, percebe-se claramente a contraposição entre duas concepções de valores diferentes. Com efeito, o poeta relata como Gláuco deveria ter sido cegado por Zeus por ter efetuado uma troca tão desigual de armas com valores tão diferentes: cem e nove bois. Na verdade, na relação arcaica, do dom e do contra dom, este valor não tem qualquer interesse, não importa. A avaliação feita através de bois tem já a ver com uma nova concepção de valor que é o valor abstrato dos objetos, das coisas, dos serviços em geral. Este é um dos primeiros registros de uma concepção de valor a partir da qual os objetos são equiparados através de um denominador comum, que é, nesse caso, o boi.

Quando Homero escreve, a moeda ainda não existe. Ela foi criada apenas no final do século VII a.C., portanto uns duzentos ou trezentos anos depois da composição dos poemas homéricos (dependendo de quando admitamos que eles tenham sido escritos). Mas é a moeda - este pequeno objeto circular com impressões em ambos os lados - que vai permitir que esta noção de valor abstrato acabe por se impor à sociedade grega. É a moeda que incorpora este tipo de valor e que vai participar ativamente na transformação das relações sociais, tornando-as muito mais impessoais e universais.

Moeda e concepção de valor na pólis grega

O valor abstrato representado pela moeda é um instrumento da pólis grega, porque atende à necessidade de um racionalismo que se impõe cada vez mais e acaba por promover a universalização das relações sociais e o abandono das relações tradicionais. Que é, no fundo, o que Aristóteles há de criticar tanto no século IV a.C. e o que Sófocles anuncia um século antes na *Antígona*. Nos versos 296-300, Creonte diz, ao referir-se ao suborno aceito pelos guardas: “O dinheiro, ah, maldita espécie, desgraça dos homens! Ele arruina as cidades, expulsa os homens de seus lares, é mestre em corromper; perverte as consciências, ensinando-lhes ardis criminosos e iniciando-as em todo tipo de impiedade”.

Esta mudança na concepção de valor, entretanto, não é operada da noite para o dia. Na *Ilíada*, registramos a presença de duas concepções diferentes de valor em um momento que antecede a criação da moeda. E, a moeda, quando nasce e quando se difunde pelas diferentes cidades-estado gregas, vem carregada ainda dessa noção arcaica de valor concreto. Basta notar a multiplicidade de funções a que se presta, como os numismatas gostam tanto de assinalar: funções políticas, sociais e também econômicas ou financeiras. Basta lembrar que dentre tantos materiais de que poderia ser fabricada, foi logo o metal, tão mágico, que foi o escolhido. Basta notar que durante todo o período arcaico e clássico as imagens escolhidas para figurar nos aversos e nos reversos de moedas foram sempre imagens de cunho religioso ou mágico: divindades, atributos divinos, heróis, monstros, e assim por diante. Basta lembrar o papel desempenhado pelos santuários e templos, tanto como verdadeiros bancos de depósitos e créditos quanto como emissores de moedas próprias. Basta lembrar como as moedas falsas não eram derretidas, mas sim obliteradas e dedicadas em templos específicos. Durante toda a época arcaica e clássica, a moeda atua, portanto,

Maria Beatriz Borba Florenzano

em duas direções: incorpora uma noção de valor nova, revolucionária que tem a ver com a formação da cidade-estado e com o racionalismo que se desenvolve no pensamento grego nesse momento, uma noção de valor abstrato. Ao mesmo tempo, conserva e cultiva uma concepção de valor mais arcaica, de valor concreto. Resulta daí sua natureza ambígua e multifacetada que tanto confunde os especialistas.

Se a moeda é um elemento inovador na pólis e se a sua presença indica uma alteração na maneira de avaliar coisas e serviços, ela, no entanto, não é um indicador de uma economia monetarizada como querem muitos enxergar na Antigüidade. A própria natureza da economia antiga, que era uma economia cujos aspectos principais não se apresentam de maneira autônoma, mas sim engastados nas outras esferas da sociedade, não permitia que a moeda assumisse uma função puramente econômica, comercial ou financeira.

A relação da moeda com a natureza da economia grega é uma das chaves para a compreensão do caráter desse objeto que, à primeira vista, parece tão óbvio, mas que é cheio de incógnitas. De toda forma, este é um outro capítulo, tema para uma outra palestra.

Referências Bibliográficas

HOWGEGO, C. **Ancient History from Coins**, Routledge, 1995.

LACROIX, L. **Monnaie et Colonisation dans l'Occident Grec**. Bruxelas, 1966.

Moeda e concepção de valor na pólis grega

MARTIN, T. Why did the Greek polis originally need coins? *Historia*, 1996. p.259-283.

MAUSS, M. Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques (1923-24). In: **Sociologie et Anthropologie**, Paris, PUF, 1968.

OSBORNE, R. **Greece in the making. 1200-479 B.C.** Routledge, 1996.

WILL, Ed. De l'aspect éthique des origines grecques de la monnaie. **Revue Historique**, 1954.